

Comissão representativa não tem quorum

Em sua primeira reunião, a Comissão Representativa do Congresso Nacional não conseguiu número de parlamentares suficientes para votar as duas matérias constantes da pauta: liberação de recursos para a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) — 28 bilhões de cruzeiros — e para a Fundação Educar — 603 milhões de cruzeiros. Era necessária a presença de pelo menos nove deputados e quatro senadores, e estavam no plenário do Senado Federal, onde foi realizada a sessão de instalação da Comissão, exatamente quatro senadores e sete deputados membros titulares da mesma.

O presidente do Congresso Nacional, senador Nelson Carneiro, que também preside a Comissão, convocou uma nova reunião para hoje às 11h00 da manhã para tentar votar os dois projetos de suplementação orçamentária. “A falta de número em plenário é compreensível nas vésperas do fim do ano”, comentou Nelson Carneiro. O senador Maurício Correa cobrou do presidente um calendário prevendo as datas das próximas reuniões, mas Nelson Carneiro informou que ela só irá se reunir quando tiver algum projeto na Ordem do Dia para ser votado, como acontece agora.

A sessão não durou mais do que dez minutos, se limitando a leitura dos pareceres dos deputados Genebaldo Correa (PMDB-BA) e Paes Landim (PFL-PI) sobre o pedido de

suplementação orçamentária. Apesar da Comissão ser criada para permitir que durante o recesso parlamentar possa haver deliberação do Congresso Nacional sobre as matérias consideradas prioritárias pelo Poder Executivo, dificilmente ela evitará a convocação extraordinária do Congresso Nacional. Na opinião do deputado Genebaldo Correa, a reedição da medida provisória que trata da política salarial será o tema principal a ser discutido na convocação.

Custos

Apesar de nem mesmo a Comissão Representativa, que tem um número muito menor de membros, não ter conseguido “quorum” o deputado Genebaldo Correa acredita que se houver a convocação os

parlamentares irão comparecer.

A convocação extraordinária do Congresso Nacional irá onerar a folha de pagamentos da Câmara dos Deputados em mais 950 milhões de cruzeiros. Isso porque cada parlamentar tem o direito de receber, como ajuda de custo, cerca de Cr\$ 832 mil, no início da convocação, e a mesma quantia no término da mesma. No total cada deputado irá receber Cr\$ 1 milhão 664 mil pela convocação extraordinária, sem contar os seus vencimentos de Cr\$ 794 mil a que ele tem direito, mesmo durante o recesso parlamentar. Esse valor será acrescido, a partir de janeiro do próximo ano, em 81% — índice de reajuste do funcionalismo.